



## ARTE RUPESTRE: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR DO PIBID/HISTÓRIA – UEM

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4069

Gabriela Harumi Araki, UEM  
Sirlei Maria Siofre, SEED-PR  
Wagner Chaves Bizerra Junior, UEM  
Fernando Lutiel Ferraz de Aguiar, UEM  
Cleophas Inácio Bezerra, UEM  
Felipe Fernandes Gurgatz, UEM

### Resumo

A presente comunicação objetiva discutir acerca das possibilidades de transmitir o conhecimento histórico utilizando-se do diálogo com outras áreas do saber. A atividade em análise foi realizada no Colégio Estadual Alfredo Moisés Maluf, no município de Maringá – PR, com alunos do sexto ano do Ensino Fundamental. Pressupondo as complicações ao abordar assuntos distantes da realidade dos alunos, como a pré-história, empregamo-nos de artifícios que ultrapassasse tais adversidades, como a própria produção do recurso didático com materiais caseiros para a realização da atividade. O processo de ensino-aprendizagem da História está ligada não a quantidade de informações que o aluno (a) é capaz de reter, mas da capacidade de interpretar os acontecimentos históricos munidos das teorias e dos instrumentos fornecidos pelo professor. A quantidade de imagens tidas como “clássicas” contidas nos livros didáticos de História justifica a necessidade de compreender o que está além da tela. Uma imagem, assim como qualquer documento é dotada de uma intencionalidade por parte de quem a faz; está imersa em concepções estéticas, artísticas e filosóficas do período em que foi concebida, bem como os materiais utilizados. Desta forma, instigarmos o questionamento dos alunos acerca de dado momento histórico e unimos conhecimentos diversos, bem como a História, História da Arte e Arqueologia, além de proporcionar uma atividade lúdica aos participantes.

### Palavras Chave:

Ensino de História;  
História da arte; PIBID;  
Arte rupestre.

## Problemática da documentação pré-histórica

Em uma definição simples, a História trata da ação e produção humana através do tempo. Embora a História exista desde a antiguidade clássica, foi somente no século XIX com os positivistas que ela passou a ter uma metodologia científica e ser legitimada enquanto ciência. A História positivista assume que o fato é absoluto, e que o acesso ao fato é feito por meio do documento oficial (registros, atas, documentos expedidos por órgão ou instituição oficial, etc). Do mesmo modo que o positivismo contribuiu para transformar a História em uma ciência, ela também afastou uma série de possibilidades de análises históricas que vieram à luz somente no século XX com a Escola dos Annales. Ainda no século XIX, ficou definido o “conceito de História como uma ciência voltada para o estudo do passado a partir dos documentos escritos. Definido que a História se faz com documentos escritos, convencionou-se que a invenção da escrita seria o início da História” (FUNARI; NOELLI, 2002, p.12). Tudo aquilo que fosse precedente a invenção da escrita seria terreno da Pré-história, que abarcaria um período de tempo que vai do surgimento dos primeiros hominídeos até a escrita na Mesopotâmia e Egito cerca de 5 mil anos Antes do Presente. *Grosso modo*, Pré-História compreende os últimos 100 a 200 mil anos Antes do Presente, o que equivale, segundo Funari e Noelli, 99,9% do passado desde o surgimento do homem, sendo, apenas 0,1% desse tempo, correspondentes ao período com escrita (FUNARI; NOELLI, 2002 p.13).

Foi também no século XIX onde se estabeleceu uma das ciências responsáveis pelo estudo das camadas mais profundas da cronologia humana: a arqueologia. Os primeiros estudos sobre a arqueologia datam a Idade Moderna, sobretudo no Renascimento Europeu

com a volta às fontes greco-romanas; no século XVIII a atividade de “escavar” foi tratada com mais esmero, como identificando o local de coleta e a classificação dos objetos (SILVA; SILVA, 2009, p.23-24). No século XIX Christian Thomsen criou para o Museu Nacional Dinamarquês uma classificação que dividia os vestígios encontrados em 3 idades: idade da pedra, do bronze e do ferro. A leitura desta classificação é simples: “Antes de o homem aprender a usar metais, vivera numa idade da pedra e, após ter aprendido, utilizou-se de início, apenas o cobre e o bronze, só mais tarde passando ao ferro” (FUNARI; NOELLI, 2002, p.11).

Se o estudo da História está fundada nos documentos, o estudo da arqueologia está fundado nos vestígios materiais deixados pelos homens; vestígios que muitas vezes são obtidos através de escavações, e que são diferente entre si de acordo com o estado de preservação, dos povos que o confeccionaram ou do tipo de solo em que foi encontrado. Para Funari e Noelli,

[...] o que melhor se preservar são os artefatos feitos de pedra (também chamado de líticos), ferramentas usadas para às mais variadas tarefas e que, por isso, podem nos informar muito sobre a caça, a pesca, a agricultura e a tecnologia para transformar materiais brutos em bens manufaturados, para construir habitações ou para remodelar os terrenos onde eram instaladas aldeias e cidades. (FUNARI; NOELLI, 2002, p.16)

Mas os vestígios deixados não se limitam apenas a objetos confeccionados em pedra, ossos ou cerâmica; semelhante a esses vestígios materiais que são encontrados em todos os continentes, também é possível encontrar nas cavernas ou grafadas nas rochas as chamadas as pinturas rupestres. Por Arte Rupestre entende-se “todas as inscrições (pinturas ou gravuras) deixadas pelo homem em suportes fixo de pedra (paredes de abrigo,

grutas, matacões, etc) [...], trata-se, portanto, de obras imobiliárias, no sentido de que não podem ser transportadas” (PROUS, 1991, p. 510). No Brasil, embora possamos encontrar essas pictografias em todo o território, destacam-se os sítios arqueológicos do Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no município de Raimundo Nonato no Piauí, o Parque Nacional do Catimbu em Pernambuco e nos municípios de Lagoa Santa e Pedro Leopoldo em Minas Gerais, sendo os dois últimos locais de grandes descobertas nos anos 70 pelo biólogo, antropólogo e arqueólogo Walter Neves (mencionamos apenas alguns, pois, como supracitado, as pinturas rupestres ocorrem em todo território nacional em sítios arqueológicos em tamanho e relevância equivalentes).

Tanto a produção de artefatos em pedra e ossos, quando a atividade de gravar desenhos em rocha está relacionado no que a antropologia e a arqueologia consideram como o surgimento do homem moderno ou *homo sapiens sapiens*, que é a sua capacidade de fazer *cultura* (KLEIN, 2005, p.19). Terry Eagleton afirma que *Cultura* está entre as palavras “complexas” da língua inglesa, verdade esta que se estende também às línguas de raiz latina. Não encontrando uma definição que possa agrada a todos, assumimos aqui que *Cultura*, *grasso modo*, é a produção humana que abrange realizações materiais ou imateriais como língua, ritos, objetos, ideias ou crenças, etc; e que está intimamente ligada a capacidade de criação e de alteração da natureza (EAGLETON, 2003, p. 11-16; KLEIN, 2005, p.19-20; SILVA; SILVA, 2009, p. 85). É a partir desses vestígios de produção de cultura onde se estrutura o trabalho do arqueólogo, do antropólogo e do historiador, pois, é onde se forma uma base sólida para análise, interpretação e comparação entre os documentos.

A partir do momento em que os símbolos aparecem no registro arqueológico - como desenhos geométricos enigmáticos, pequenas

figuras humanas ou de animais esculpidas em marfim, contas e outros ornamentos -, percebemos que estamos lidando com gente como nós: gente com habilidades cognitivas avançadas, que podia não apenas inventar instrumentos e armas sofisticadas ou desenvolver complexas redes sociais para a segurança mútua, mas também maravilhar-se diante de complexidade da natureza e do seu próprio lugar nela, gente com autoconsciência (KLEIN, 2005, p.13-14)

### O ensino de História nos anos finais do ensino fundamental

A função do ensino de História no ensino básico é propiciar ao aluno(a) os saberes históricos que serão necessários para uma compreensão plural do mundo. O tempo presente, tal como existe, é fruto de anos de ação humana em sociedade que moldaram a economia, a política, as artes e a ciência. Cabe então a História traçar o caminho humano que nos levou a comungar com determinada visão do mundo e que possuem um passado onde tal ideia foi germinada. A História trabalha com conceitos que adquirem significados diversos no eixo do tempo e a compreensão desses conceitos é fundamental para compreender os processos históricos. Nas palavras de Paul Veyne, “nenhuma loucura e a própria loucura, nenhuma ciência e a Ciência, nenhuma pintura e toda a pintura, nenhuma guerra a guerra absoluta” (VEYNE, 1983, p.33), logo, conhecer o significado dos conceitos nos dá posse em uma poderosa ferramenta da História: a comparação; “ ‘comparar’ permite, sintaticamente, duas construções de sentido opostos: [...] um historiador compara o imperialismo romano e o de Atenas para constatar que não se parecem (VEYNE, 1983, p.19). Democracia grega ou República romana são palavras constantes em nossos vocabulários, entretanto, existe um abismo quando tratamos da democracia brasileira ou do

Brasil republicano em comparação aos modelos da antiguidade clássica.

Seguindo então as orientações do BNCC (Base Nacional Curricular Comum), é de competência da disciplina de História instrumentalizar os alunos (as) para a identificação dos documentos, a contextualização de acordo com o momento histórico, a comparação de acordo com os conceitos e, por fim, a interpretação dos fatos (BNCC, 2017, p. 348-349). Entretanto, a História nos anos iniciais (primeira à quinta série) são voltados para a construção do sujeito Eu e do Outro e a relação deste com a comunidade (família, bairro, cidade e país) bem como a compreensão de diversidade e pertencimento (BNCC. 2017 p.353). Já no ensino fundamental anos finais (sexto ao nono ano) engloba a tradicional História da humanidade, a sistematização de eventos, noções de tempo e espaço e formas de registro da História:

Se a ênfase no Ensino Fundamental – Anos Iniciais está na compreensão do tempo e do espaço, no sentido de pertencimento a uma comunidade, no Ensino Fundamental – Anos Finais a dimensão espacial e temporal vincula-se à mobilidade das populações e suas diferentes formas de inserção ou marginalização nas sociedades estudadas. Propõe-se, assim, o desenvolvimento de habilidades com um maior número de variáveis, tais como *contextualização, comparação, interpretação e proposição de soluções* (BNCC, 2017, p. 368, grifos nosso).

Ao entrar no sexto ano, segundo o BNCC, a prioridades do professor é orientar aos alunos sobre como se constrói a história através dos registros e documentações:

No 6º ano, contempla-se uma reflexão sobre a História e suas formas de registro. São recuperados aspectos da aprendizagem do Ensino Fundamental – Anos

Iniciais e discutidos procedimentos próprios da História, *o registro das primeiras sociedades* e a construção da Antiguidade Clássica, com a necessária contraposição com outras sociedades e concepções de mundo. No mesmo ano, avança-se ao período medieval na Europa e às formas de organização social e cultural em partes da África. (BNCC, 2017, p.368, grifos nosso).

Para a BNCC, é fundamental dentro das aulas de História, que o aluno aprenda a tratar os documentos, logo, o teor das aulas dever ser voltadas para esse motivo. Documentos ou fontes documentais são vestígios produzido pela humanidade ao longo do tempo e em um espaço; com a Escola dos *Annales*, sobretudo com os membros da chamada Segunda geração dos *Annales*, na segunda metade do século XX, o sentido de “documento histórico” aumentou significativamente, abarcando também imagens, literatura, vestimentas, filmes, música, além do registro oral e dos culturas materiais e tantos outros (SILVA; SILVA, 2009, p.158-159). Com uma gama tão ampla e diversificada do que é “documento histórico”, é necessário orientar sobre as variadas abordagens metodológicas aplicáveis em cada tipo de documento,

Os procedimentos básicos para o trato com a documentação envolvem: identificação das propriedades do objeto (peso, textura, sabor, cheiro etc.); compreensão dos sentidos que a sociedade atribuiu ao objeto e seus usos (máquina que produz mercadorias, objeto de arte, conhecimento etc.); e utilização e transformações de significado a que o objeto foi exposto ao longo do tempo. Esse exercício permite que os estudantes desenvolvam a capacidade de identificar, interpretar, analisar, criticar e compreender as formas de registro (BNCC, 2017, P. 369).

A disponibilidade de

documentos para análise varia de acordo com a sua tipologia. Documentos escritos, por exemplo, possuem uma maior facilidade de reprodução, uma vez que o sentido do documento está no texto que pode ser transcrito, copiado, ou até mesmo textos obtidos em livros fac-símile. Com o advento da era tecnológica, os meios digitais solaparam a distância que separava o observador e o objeto e criou um enorme arcabouço de documentos de fácil acesso.

Nossa proposta de atividade para os alunos de sexto ano foi a reprodução de alguns desses documentos como forma de 1) aproximar o aluno(a) com determinado vestígio; 2) recriar a condição em que o documento foi concebido (haja vista que optamos por utilizar algumas matérias-primas como carvão e terra, ou corantes naturais como o urucun (*bixa orellana*); 3) utilizar o engenho para ponderar sobre as finalidades e representações das ilustrações e gravuras. Para nós, a função da reprodução é puramente pedagógica considerando a impossibilidade de acesso à obra original. Para Benjamin,

A obra de arte, por princípio, foi sempre suscetível de reprodução. O que alguns homens fizeram podia ser feito por outros. Assistiu-se, em todos os tempos, a discípulos copiarem obras de arte, a título de exercício, os mestres reproduziram-nas a fim de garantir a sua difusão e os falsários imitá-las como o fim de extrair proveito material (BENJAMIN, 1975 p.11)

Visando tirar proveito das possibilidades através da representação, a atividade proposta engloba a familiaridade com uma determinada tipologia de documento, além de permitir uma interação com áreas fundamentais da História, mas que acabam ficando na marginalidade.

### **Práticas educacionais: a realização de uma atividade lúdica com a**

### **utilização de cartazes e condimentos**

Ao explorar a possibilidade da transmissão de conhecimento por meio de uma atividade lúdica, objetivamos despertar nos alunos o interesse diante do saber histórico. Tal atividade consiste na busca do entendimento de determinado conteúdo por meio da prática e do estímulo da consciência histórica. Tendo isto em vista, buscou-se trabalhar com as pinturas pré-históricas, ou rupestres, pela perspectiva na qual os alunos produziram seu material de estudo utilizando cartazes, o apoio teórico do livro didático e condimentos culinários – páprica, colorau, açafrão e carvão.

Realizada com os alunos do sexto ano do Ensino Fundamental, de faixa etária entre 10 e 12 anos, intentou-se estimular a criatividade e recriar as pinturas feitas durante os períodos pré-históricos. Uma vez que durante este período de desenvolvimento deve-se estimular a criatividade por meio de atividades que instigam o aluno a pensar, refletir e se aproximar do conteúdo à medida em que o assimila, optou-se por desenvolver tal exercício no pátio do Colégio Estadual Alfredo Moisés Maluf, Maringá, Paraná, sob a supervisão da Professora Sirlei Maria Siofre.

Apoiando-se nas percepções da psicologia histórico-cultural, cujo principal representante é Vygotski, podemos refletir acerca de alguns conceitos elaborados para entender o desenvolvimento criativo e de aprendizagem infantil. A psicologia histórico-cultural visa elaborar uma forma eficiente, que proporcione o acesso às informações, e conseqüentemente, desenvolva o pensamento crítico do aluno (REGO, 2002).

Uma vez que o acesso à informação funciona como ferramenta de desenvolvimento e aprendizagem, o aluno possui duas zonas destas a de Nível de Desenvolvimento Real e a de Nível de

Desenvolvimento Potencial. A primeira, considerada enquanto as habilidades já adquiridas e desempenhadas de forma independente pela criança; e a segunda, diz respeito às capacidades que estão em vias de construção, ou seja, a criança só realizará determinadas atividades mediante o auxílio outros mais experientes, como aponta Rego (2002).

No que diz respeito às potencialidades da criança, Vygotsky elabora a:

Zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentes em estado embrionário. Essas funções poderiam ser chamadas de "brotos" ou "flores" do desenvolvimento, ao invés de "frutos" do desenvolvimento. (Vygotsky, 1984, p. 97, apud REGO, 2002, p. 74).

Deste modo, podemos pensar o envolvimento dos alunos com os materiais utilizados e o desenvolvimento da atividade lúdica como uma ferramenta de auxílio da Zona de Desenvolvimento Proximal. Uma vez que, com o auxílio dos pibidianos, os estudantes experimentaram de suas emoções, criatividade, sensações e puderam assimilar o conteúdo proposto para a disciplina de História, no que diz respeito à Pré-História, e também à arte rupestre, na disciplina de Arte.

A interação com o meio social, o desenvolvimento da linguagem e as atividades que se utilizam das capacidades físicas e mentais dos alunos, para Vygotsky, são meios de proporcionar ao aluno a informação de uma forma alternativa, visando a internalização de conteúdo e o aperfeiçoamento das habilidades físicas e mentais (REGO, 2002).

No que refere-se ao desenvolvimento da atividade, notou-se que alguns alunos fizeram uso das imagens contidas no livro didático para a pintura na

cartolina, conquanto outros deixaram-se levar pela imaginação e criaram suas próprias pinturas. O açafrão, o colorau e a páprica foram utilizados para preencher o fundo o cartaz e pintar os desenhos feitos com o carvão. A participação efetiva dos alunos se deu pela maioria, que se interessaram pela metodologia empreendida para a realização da atividade.

Figura 1. Cartaz produzido por um dos alunos do 6º ano F, Colégio Estadual Alfredo Moisés Maluf – E. F. e E. M.; Maringá, Paraná



Fonte: Registro feito dia 29/03/2017.

Outro ponto notável durante a realização do exercício, foi o entusiasmo dos estudantes, por se tratar de uma atividade que os desloca do lugar padrão onde as aulas são realizadas e pelo material extrapolar os materiais tradicionais de estudo. Todos se mostraram bastante empenhados com relação ao resultado das pinturas e procuraram não se desvincular com os modelos originais, embora nem todos tenham, de fato, copiado as imagens do livro didático.

Desta forma, destaca-se a importância de atividades lúdicas como ferramenta pedagógica de grande relevância na aprendizagem dos alunos. Utilizando dos conceitos de Vygotsky, trazidos por Teresa Cristina Rego (2002), buscamos elucidar tal importância e seus efeitos para com alunos da faixa etária entre 10 e 12 anos.

### Considerações finais

Em conclusão, as novas

perspectivas adotadas pelos *Annales* nos ofereceu a possibilidade de trabalhar com diferentes materiais na produção de conhecimento histórico. Dentre eles, a arqueologia e a história da arte, para nós, destacam-se enquanto um instrumento pedagógico para a realização da atividade aqui proposta: a reprodução de pinturas rupestres em cartazes, juntamente com o auxílio dos pibidianos, o aporte do livro didático e as disciplinas de História e Arte.

Tendo em vista que a metodologia tradicional que emprega apenas o uso do quadro negro, giz e livro didático, propomo-nos a realizar uma atividade lúdica com estudantes do 6º ano, do Colégio Estadual Alfredo Moisés Maluf – E. F. e E. M, de Maringá, Paraná. Desta forma, enfatizamos o método empregado e sua importância, a qual visa desenvolver a aprendizagem por meio da criatividade e ação direta dos estudantes com as informações, além da internalização do conteúdo por meio de tal contato direto. Para isto, fizemos uso das percepções de Vygotsky, por Rego (2002), acerca da educação e seu impacto

nos alunos participantes desta atividade.

## Referências

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução in **Textos de Walter Benjamin**. São Paulo: Abril Cultural, 1975, p.10-34.

BRASIL. **Base nacional Curricular comum**. Brasília: MEC, 2017.

EAGLETON, Terry. **A Ideia de Cultura**. Lisboa: Lexicultura, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; NOELLI, Francisco Silva. **Pré-História do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

KLEIN, Richard. **O despertar da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

SILVA, Kalina Varderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos Históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Editora UnB, 1991.

REGO, Teresa Cristina. *Cap. 4: A cultura torna-se parte da natureza humana*. IN: REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky – uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VAYNE, Paul. **O inventário das diferenças**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.